

HERÓIS DA FÉ: RELÍQUIAS E RELICÁRIOS

Francisco de Assis Portugal Guimarães

Arquiteto.

Especialista em Restauração de Monumentos e Sítios Históricos e em Arte e Cultura Barroca.

Diretor do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia.
fportuga@hotmail.com

Palavras-chave: relíquias, relicários, santos, mártires e Virgens.

Introdução

A veneração promovida pela Igreja Cristã Primitiva dos corpos de seus santos foi necessária porque precisava o Cristianismo, naquele momento, de uma definição de representação que caracterizasse um modelo de santidade. As relíquias dos mártires cristãos foram, portanto, escolhidas e sacramentadas como elos de comunicação entre os seres humanos e a divindade suprema que se manifestava por meio delas, operando graças. Esse culto desenvolveu-se com rapidez e determinação, consolidando-se como uma das forças mais poderosas da Igreja primitiva durante longo tempo.

Essa devoção idealizando a santidade cristã sugere questões que procuramos explicar neste trabalho: Como a Igreja Cristã conceituou o santo e orienta seu culto? Qual o perfil de santo que caracterizou o Cristianismo em seus primórdios? Que classes de santos personificaram o ideal da perfeição cristã primitiva? O que são relíquias e como se classificam? Como entendia e orientava a Igreja acerca do culto das relíquias? O que são relicários?

Portanto, o propósito deste trabalho é compreender como o cristianismo primitivo propunha o "ideal cristão" por meio dos santos e santas martirizados e da devoção a suas relíquias e a seus relicários.

Santos

A devoção aos santos nos obriga a detalhar o significado do vocábulo "santo". "A palavra santo, em latim sanctus, vem de sangrine unctus, ou seja, purificado pelo sangue".

Segundo essa etimologia, a Igreja Cristã denomina santos os chamados bem-aventurados que reinam no céu porque foram purificados de todos os seus pecados no sangue do Cordeiro Imaculado. O santo era, portanto, um ser humano que intermediava a ligação do terrestre com o sobrenatural, como define André Vauchez¹.

Entre os pagãos, só se considerava santo o que havia sido respingado com o sangue das vítimas. Na lei mosaica, santificavam-se as pessoas e as coisas aspergindo-as com o sangue das novilhas e dos carneiros, oferecidos em sacrifício. A Epístola aos Hebreus 9, 22, enuncia: “[...] segundo a lei, se purifica quase tudo, e sem efusão de sangue, não há remissão” .

Também para Le Goff², o santo significa “[...] um contato entre o céu e a terra. É acima de tudo um morto excepcional, testemunho da ‘carne impassível’ e cujo culto se desenvolve em torno do seu corpo, do seu túmulo e das suas relíquias”.

No decorrer dos tempos, sabemos que, na história da Igreja, o conceito de santo variou conforme a necessidade. Entretanto a partir dos primeiros séculos, o Cristianismo se preocupou em estabelecer gradativamente uma distinção entre o perfil de santo que caracterizasse a identidade da religião emergente e aqueles cultos denominados pagãos. Esse perfil é definido pela Igreja, de forma inédita até então, ressaltando a condição de que, necessariamente, o pretendente a santo tenha morrido como ser humano, seguindo o exemplo de Cristo e determinado na fidelidade à sua palavra. Esse entendimento é bem diferenciado da perspectiva das religiões pagãs, para as quais a morte era considerada barreira intransponível entre os seres humanos e os deuses.

Neste trabalho, o que nos interessa é exatamente aquele período em que a Igreja primitiva utilizou, para caracterizar o perfil santoral, os indivíduos reconhecidos como santos e os relacionou com os modelos de santidade dos primeiros séculos do Cristianismo, através do martirologio, ou seja, do *mártir*.

Do culto dos santos

Na doutrina da Igreja Católica, aos santos não se adora, pois eles nada mais são do que criaturas excepcionais. A adoração propriamente, segundo Guillois (1903), é um ato de humildade, de aniquilação da criatura na presença do Criador, a fim de reconhecer sua grandeza, sua excelência e o absoluto domínio que exerce sobre tudo o que existe. É, pois, evidente que não se pode adorar aos santos. Adorá-los seria reconhecer neles o que pertence só a Deus. Seria render-lhes o culto supremo que a Igreja chama de culto de *latria* e, por consequência, seria

praticar um ato de *idolatria*. Nem mesmo à Virgem a Igreja recomenda esse culto, que é devido só a Deus.

Aos santos, portanto, por seus méritos e virtudes, é dado o direito de serem honrados e invocados como filhos dignos de Deus e como mediadores dos seres humanos junto a Ele, que os elevou à relevância da glória, para recompensá-los pela sua fidelidade “[...] de terem procurado em vida se não identificar-se com a pessoa de Cristo, pelo menos aproximar-se ao máximo dessa norma absoluta” (VAUCHEZ, 1989, p. 211). É por isso que a Igreja deu-lhes, desde os tempos apostólicos – e ensina os fiéis a dar – um culto religioso, instituiu festas em sua honra, celebrou suas virtudes em hinos, edificou templos e consagrou altares com sua invocação. Embora o tenha desenvolvido de uma forma notável, quem inventou o culto dos santos não foi a Idade Média e arriscar-nos-íamos a não compreender nada deste aspecto essencial do cristianismo posterior ao ano mil, se não se tivesse em conta a herança dos primeiros séculos (VAUCHEZ, 1989, p. 212).

No culto que se rende aos santos, que se chama *dulia*³, honra-se ao próprio Deus na invocação desses santos, porque reconhecemos que foi Deus quem os fez o que são; que sua santidade é uma emanção, uma expansão, um reflexo da santidade do Criador; que as virtudes que praticaram foram obras suas e que, premiando seus méritos, premiou seus próprios dons.

Pela estreita relação dos santos com o Todo-Poderoso, a Igreja recomenda que se deve invocar e recorrer a eles, pedindo sua proteção, seu auxílio, para se obter benefícios de Deus “[...] por seu Filho Nosso Senhor Jesus Cristo, que é o nosso único Redentor e Salvador”, conforme postula o Concílio Tridentino, seção 25, citado por Guillois (1903, p. 102). É o que se tem praticado na Igreja desde os primeiros séculos.

Guillois (1903, p. 102) se refere ainda ao “Sermão do Martírio”, de S. Ephraim: Gloriosos mártires [...] ajuda-me [*sic*] com as vossas orações, a fim de que eu ache misericórdia [*sic*] no dia de juízo. Compadecidos da minha miseria [*sic*], protegei-me ante o throno [*sic*] da majestade divina, para que por vossas orações eu obtenha salvar-me e participe comvosco [*sic*] da bemaventurança [*sic*] eterna.

O autor cita ainda trecho de uma das obras de Santo Agostinho: "Nós não oramos pelos santos martyres [*sic*], mas recommendamo-nos [*sic*] às suas orações." (GUILLOIS, 1903, p. 102).

Observamos, todavia, uma grande diferença entre as orações que dirigimos a Deus e as que dirigimos aos santos: pedimos a Deus que nos seja propício, que nos livre, que nos salve; pedimos aos santos que orem, que intercedam por nós. Portanto, dirigimo-nos a Deus como ao autor da graça, para que ele mesmo nos dê o que reclamam nossas necessidades. Dirigimo-nos aos santos como a amigos bem-aventurados, para que nos obtenham, por seus méritos, junto a Deus, o que só Deus pode nos dar.

Conforme entendimento da Igreja Católica, a invocação dos santos, longe de desagradar a Deus, lhe é muito agradável. O que o prova, segundo ela, são as graças extraordinárias e as curas milagrosas que milhares de vezes têm concedido por sua intercessão. Nada agrada tanto a Deus como a humildade, virtude que os seres humanos praticam quando recorrem às orações dos santos. Temerosos de que não sejam atendidos em oração direta ao Todo-Poderoso, valem-se dos santos como mediadores, para que lhe peçam o socorro de que precisam.

A Igreja tem honrado o culto dos santos de diversas maneiras, sobretudo na celebração das missas, por ocasião de suas festas. Estas têm a função de lembrar que, pela morte de Cristo e fidelidade a seu exemplo, recebem a verdadeira vida e junto graças extraordinárias para praticarem as virtudes. São louvados no ofício religioso: "Oh! Como é preciosa a morte dos santos! Estão agora diante do trono de Deus e dele jamais serão afastados" (KECKEISEN, 1958, p. 695).

Para a Igreja, a missa celebrada por ocasião das festas dos santos é o melhor modo de agradecer a Deus por sua misericórdia, e ao mesmo tempo um meio poderoso para os fiéis alcançarem, pela intercessão desses santos, as graças necessárias para enfrentarem os perigos do mundo e seguir-lhes os passos.

Mártires e virgens

A Igreja primitiva, além dos apóstolos, que gozavam de uma veneração particular, distinguia duas classes de santos que personificavam a perfeição cristã: os mártires e as virgens. Os primeiros, lutadores

vitóriosos e heróis da milícia do Senhor, não hesitaram em sacrificar sua própria vida, sabendo que os que matam o corpo só servem de instrumento para abrir à alma portas para uma vida melhor. A segunda classe, a das virgens, duplamente dignas de veneração quando unem a virgindade ao martírio.

Tomando mártires e virgens como exemplos de vida dedicada à fé, a Igreja coloca ao alcance da admiração e da imitação dos fiéis um modelo de santidade que afirma e confirma o ideal da perfeição cristã. Do ponto de vista cristão, esse modelo de santidade de fato iniciou-se com o culto dos santos e santas martirizados, que durante longo período foram os únicos venerados pelos cristãos e se mantiveram prestigiados mesmo mais tarde, quando começaram a surgir outros modelos.

Relíquias

Conforme a doutrina cristã, o corpo deixado na terra pela alma quando dele se separa, e que são chamados de restos mortais, adquire a denominação de *reliquia*, do latim *reliquiae*, depois que a Igreja inclui seu nome na lista dos santos. Portanto, relíquia de um santo é o que dele resta depois de sua morte. [...] todos estavam convencidos de que os santos continuavam presentes na terra e poderosos naquilo que subsiste de seus corpos. Todos consideravam esses restos como os agentes mais eficazes da ligação muito necessária entre os vivos e a corte celeste, onde o Todo-Poderoso domina [...]⁴

A designação de relíquias não só define todo o corpo de um santo, como a todas as partes desse corpo, por menores que sejam, contanto que possam ser vistas. Assim, a cabeça, os membros superiores e inferiores, os ossos, a carne, os dentes, as unhas, os cabelos, as cinzas e ainda o pó proveniente do que se reduziu parte de seu corpo são também relíquias.

Em sentido menos estrito, ainda são denominados de relíquias os objetos que pertenceram aos santos, tais como: calçados, vestidos, lenços e móveis que usaram, inclusive seu cilício e os instrumentos de seu martírio, entre outros.

Em sentido mais lato, chamam-se relíquias os diversos objetos que tocaram os restos mortais de um santo ou as suas relíquias e que foram colocados em seu túmulo, como lenços, flores, velas, inclusive o caixão e a mortalha que envolveu seu corpo.



Figura 1: Conjunto de relicários – século XVIII – coleção particular.
Foto do autor.

A doutrina eclesiástica católica dividiu em três classes as relíquias dos santos, a saber: insignes, notáveis e mínimas. As relíquias insignes são o corpo ou um membro de um santo, como, por exemplo, a cabeça, um braço, uma perna, contanto que seja *inteira* e aprovada pela autoridade eclesiástica. As relíquias notáveis são definidas como um *fragmento* considerável de uma parte importante de seu corpo, como, por exemplo, da cabeça, de um braço, de uma perna. Esses fragmentos só serão considerados novamente relíquias insignes, caso se consigam unir as partes retiradas à parte principal, de modo que formem novamente uma unidade completa. As relíquias chamadas mínimas são aquelas caracterizadas por *partículas* do corpo de um santo, como um dente, uma unha, um fio de cabelo, ou então partículas de relíquias insignes ou notáveis, como, por exemplo, as que se encontram encerradas em pequenos relicários e medalhas que as pessoas trazem pendurados no pescoço (FIG.1).

O culto cristão das relíquias não representava apenas a continuidade dos antigos cultos pagãos em homenagem a seus

heróis, mas nasceu de motivos sobrenaturais, sendo os corpos dos santos “templos do Espírito Santo” (São Paulo, Primeira Epístola aos Coríntios, 3,17) e destinados à glorificação eterna, tendo por isso, às vezes, a propriedade de servirem de instrumentos de milagres.

Comenta Paul Johnson⁵ que, com a vitória do Cristianismo, passaram os imperadores a permitir a construção de igrejas sobre os túmulos dos santos, fundamentando assim toda a teoria e prática do culto às relíquias e na fé absoluta nos milagres realizados pelos santos e santas, através dos restos de seus corpos santificados.

Consoante Guillois⁶, a Igreja Católica entende que não é permitido expor à veneração dos fiéis senão as relíquias dos santos cuja autenticidade a autoridade competente reconhece como tal. É ao bispo que compete verificar os títulos de autenticidade que devem acompanhar as relíquias a que se quer render um culto público e de fechar e selar os relicários que as encerram.

De acordo com Guillois:⁷ “Nas procissões e em certas solenidades, a presença das relíquias era condicionada à permissão do bispo, cuja autenticidade reconheceu. Não seria permitido, entretanto, levá-las sob o pálio”. Assim o decidiu a Sagrada Congregação dos Ritos, em 1686, a fim de que os fiéis percebessem a grande diferença que existe entre as relíquias e o Santíssimo Sacramento.

Diante do exposto, permitimo-nos ressaltar o domínio e a autoridade absoluta que a Igreja exerceu sobre os fiéis, tomando para si e legitimando, com firmeza, o poder de proibir, confirmar, decidir, autorizar e legalizar qualquer ação ou atitude referente ao culto dos santos e a veneração a suas relíquias.

Relicários

Considerando a importância dada às relíquias e a seu caráter indiscutivelmente divino e sagrado, para que pudessem ser reverenciadas pelos fiéis e vistas pela comunidade em geral, era indispensável que fossem guardadas e expostas em objetos preciosos e especiais: os sagrados relicários.

Relicários são lugares próprios para se guardar relíquias, geralmente em forma de caixa, cofre, bolsinha, medalha etc. (FIG.2 e 3)



Figura 2: Caixa relicário – século XVII.

Os primeiros relicários da era cristã foram os próprios túmulos dos santos e santas mártires, nas catacumbas. Em seguida, valoriza-se o altar como referência de relicário, sobretudo por conter a pedra d'ara⁸, colocada sobre a mesa do altar-mor, para a celebração da missa.

No decorrer do tempo, com a consolidação do culto às relíquias, o Cristianismo esmerou-se na produção de valiosos e artísticos relicários, que, segundo Paul Johnson⁹: “[...] eram com efeito [os relicários] o foco central da mais elevada arte em metal da alta Idade Média”.

Elaboraram-se esquifes de grande valor artístico e preciosos relicários de diversas formas, como cápsulas, caixinhas, ampolas, cruzes, medalhões e anéis, utilizando, para isso, o que se tinha de mais precioso em diversos metais e outros materiais, a exemplo de ouro, prata, esmalte, bronze, vidro etc.

Em 1095, no Concílio de Clermont, o Papa Urbano II proclamava a “peregrinação armada”, dando início às Cruzadas, que trouxeram do Oriente para o Ocidente uma grande quantidade de relíquias que deveriam ser guardadas e expostas em preciosos relicários. Esses relicários passaram a ser concebidos em formas diversas. Foi então que se produziram, segundo D. Clemente Maria da Silva-Negra:¹⁰



Figura 4: Palma relicário - século XVIII
- Arquidiocese de São Salvador/BA.



Figura 3: Caixa relicário - século XIX.

[...] os famosos relicários em forma de grande urna (o dos Reis Magos em Colônia, 1190-1225); de igreja gótica (o de Nossa Senhora, em Aquisgrana, 1237; o de Santa Isabel, em Marburgo, 1236-49); de igreja com cúpula (Welfenschatz, em Colônia, 1175); de corpo inteiro (o de Nossa Senhora no Musée Cluny, em Paris); e finalmente, em forma de braço, dedo, perna, pé, cabeça, e muitas vezes, meio corpo ou busto, vendo-se então a relíquia por trás de uma gradezinha ou de um vidro encerrada numa cápsula no meio do peito.

O século X foi prodigioso na confecção e produção de um grande número desses relicários de luxo. Infelizmente a maioria destes relicários desapareceu em virtude dos saques e por terem sido derretidos nos primórdios do século XVI, quando as relíquias estavam bastante desacreditadas devido à corrupção da Igreja, que se iniciara a partir do século XII. (FIG.4)

Considerações finais

O estudo do culto aos santos e às suas sagradas relíquias é importante para a compreensão dos vínculos estabelecidos pela Igreja entre os universos material e espiritual. Para tal, entre outros recursos, utiliza, eficientemente, as relíquias como um aparato de devoção e



Figura 5: Relicários – perna, mão e braço – século XVII – Mosteiro de São Bento/BA. foto do autor

veneração, definindo e determinando o domínio sobre o inconsciente dos fiéis, impondo-lhes seu controle absoluto, consolidando e determinando uma influência tamanha, durante séculos, que era quase impossível contestá-la e/ou desalojá-la.

O culto às relíquias e seus relicários como objetos sagrados se consolidou devido à atuação das ordens religiosas, que estimulavam entre os fiéis a veneração das relíquias. A percepção da importância das coleções de relíquias, não somente como armas poderosas contra as legiões de demônios, mas também como elementos de poder, prestígio e riqueza, prestou-se não apenas a uma série de objetivos na vida social, política e econômica das regiões, como também levou à rivalização entre o clero e a nobreza. Com isso, a Igreja, a partir do século XII, encaminhou-se a um estágio de decadência moral que desencadeou as primeiras reações que conduziram posteriormente à Reforma protestante.

Referências

¹ VAUCHEZ, André. O Santo. In: LE GOFF, Jacques (Dir.). *O homem medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 211-230.

² LE GOFF, J. *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1989. Apud SANTOS, Maria de Lourdes dos. As múltiplas faces de uma santidade: reflexões sobre a trajetória do conceito de "ser santo". *Estudos de História*, Franca, v. 7, n. 1, p. 27-39, 2000. p. 31.

³ "Dulia - que venera anjos e santos. ETIM gr. Douleios, a, on `de escravo, servil.'" (HOUAISS; VILAR, 2001, p. 1.089).

⁴ DUBY, George. *Heloisa Isolda e outras damas do século XII*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 40.

⁵ JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

⁶ GUILLOIS, 1903.

⁷ GUILLOIS, 1903, p. 110.

⁸ "[...] pedaço de mármore contendo orifício interno onde são depositadas relíquias de santos mártires, sobre qual os sacerdotes consagram a hóstia e o vinho [...]" MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Apud SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos mistérios – Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil – capítulos de História Social*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003. p. 423.

⁹ JOHNSON, 1976, p. 196.

¹⁰ SILVA-NIGRA, Dom Clemente Maria da. *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade – Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Salvador: UFBA, 1971. p. 23.